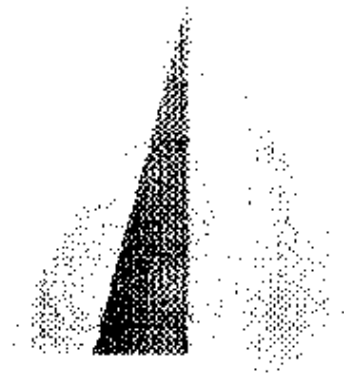




TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE TEÓFILO OTONI – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
JULIANA CAMPOS FERRO LAGE**



TRT

TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986

Data da instalação: 12-11-1986

Data de implantação do PJe: 23-7-2013

Jurisdição: Teófilo Otoni, Ataléia, Campanário, Caraí, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Malacacheta, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavao, Poté, Setubinha e Santa Helena de Minas.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 12-4-2019, p. 1.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO

As 8h55min do dia vinte e três de abril de 2019, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto**, Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Terófilo Otoni, situada na Avenida Aniceto Alves de Souza, 40, na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **William Frederic D' Lopes Carvalho**; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Carla Lins Sambúe Ramalho; pelos servidores Ademir Pereira Santana, Adna Jaqueline Chaves Esteves, Adriana Sander Reiter, Adriano Leles de Medeiros, Cristine Gonçalves Borges, Dágina Araújo Sander, Eliene Silva Cunha, Iosmane Vieira Gomes, Marley Batista Farias, Petrônio Mendes de Souza Neto, Táfita Guedes Viana Carvalhal e Wilza Carla Dohler Ferreira. Ausentes a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Juliana Campos Ferro Lage** e o servidor Freddy Sander Pereira da Silva, em férias regulamentares.

Iniciada a correção no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES -- Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 364 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 15-4-2019, apurando-se a média de 6,3 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS -- A Vara recebeu 67 cartas precatórias até o dia 15-4-2019, das quais 34 foram devolvidas para os juízos depreccantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS -- Não há registro de carta precatória expedida e devolvida no corrente ano.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT -- Existe o registro de 569 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 116 processos foram remetidos até o dia 15-4-2019.

1.5. CARGA PARA O (A) MÉRITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO -- Há 9 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS -- Existem 17 autos de processos físicos com carga, das quais 8 vencidas e cobradas.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.7. CARGA PARA PERITOS -- Consta 1 processo físico com carga, no prazo. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 28 processos com perícia designada e 19 processos pendentes de aprovação pela Secretaria da Vara.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS -- Constan 6 mandados expedidos em processos físicos e 387 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 2 pendentes de cumprimento em processos físicos e 85 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS -- Não há registro de processo com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* -- Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 1 processo *sine die*. O processo examinado aguarda decisão do STF.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO -- a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016, de 38,88% em 2017 e de 36,69% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 39%.

1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2019 até 15-4-2019)

(Fonte: e-Casfário)

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	94
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	68
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	8



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

2) Indicador Pendentes (102): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE:	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Saldo de processos do item 377 no final do período de referência	2
	Saldo de processos do item 90377 no final do período de referência	324

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (103): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE:	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	0

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - Existem 1.662 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 718 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 942 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestao, de 1-1-2019 até 15-4-2019.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

No ano 2018, até dia 15-4 havia 1.549 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 666 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 5 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 878 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016, de 68,91% em 2017 e de 64,28% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 59%.

1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 15-4-2019, existem 109 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 23-4-2019 havia 37 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 14 processos;
- b) procedimento ordinário: 9 processos;
- c) instrução: 9 processos;
- d) tentativa de conciliação na fase de execução: 2 processos;
- e) tentativa de conciliação na fase de conhecimento: 2 processos;
- f) inquirição de testemunha (juízo deprecado): 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010347/19, 0010350/19, 0010349/19, 0010356/19, 0010357/19, 0010359/19, 0010377/19, 00102983/19, 0010184/19 e 0010362/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos 0010440/19, 0010439/19, 0010438/19, 0010437/19, 0010436/19, 0010395/19, 0010393/19, 0010391/19, 0010389/19, 0010276/19, 0010253/19, 0010435/19, 0010441/19, 0010404/19, 0010405/19, 0010406/19, 0010407/19, 0010412/19, 0010415/14, 0010419/19, 0010358/18, 0010484/18, 0010121/19, 0010026/18, 0010571/18, 0010704/18, 0011904/17, 0010979/18, 0011105/18, 0011014/18, 0011252/18, 0010842/18.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

0011439/18, 0011444/18, 0010074/19, 0012127/17, 0010346/19, 0010029/19, 0010252/19, 0010331/19, 0010028/19, 0010100/19, 0010021/19, 0010101/19, 0010360/19, 0010008/18, 0010124/13, 0000219/10, 0010846/13, 0010490/18, 0010202/14, 0011674/17, 0010481/18, 0011583/17, 0001088/11, 0011737/16, 0010079/19, 0011160/17, 0010539/18, 0010848/18, 0010337/19, 0011349/18, 0010034/19, 0010249/19, 0010081/19, 0011219/16, 0010067/19, 0010241/19, 0010267/19 e 0010013/19.

RESUMILADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010074/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id face44 (mais de 10 dias);
- 0010249/19: processo arquivado sem o recolhimento das custas determinadas em ato – Id 5431050;
- 0010081/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 0046172 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juizes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJ, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR-45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FAUTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 21 ações civis públicas em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2017	2018	2019
Procedimento sumaríssimo	22	21	14
Procedimento Ordinário	42	27	17
Instrução processo eletrônico	87	93	59

Aplicação de atos processuais realizados em sistema eletrônico.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Disponibilidade de Pauta

	2017	2018	2019
Procedimento sumaríssimo	5 dias corridos	11 dias úteis	13-5-2019 - 13 dias úteis
Procedimento Ordinário	9 dias corridos	11 dias úteis	13-5-2019 - 13 dias úteis
Instrução	77 dias corridos	30 dias úteis	14-5-2019 - 14 dias úteis

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2019 até 15-4-2019).

1) **Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04):** representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - procedimento sumaríssimo (item 271)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - procedimento sumaríssimo (item 90271)	144	40
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 272)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	221	75

2) **Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05):** representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos - procedimento sumaríssimo (item 359)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos - procedimento sumaríssimo (item 90359)	10	79
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos - exceto procedimento sumaríssimo (item 371)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos - exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	4	49



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

3) Indicador Prazo Médio fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(Fonte: TST/SIAJ)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo – ente privado (item 275)	25	2.765
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente privado (item 90275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	4	1.986
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2018, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2018	Média/dia útil
Julgados procedentes	147	0,66
Julgados procedentes em parte	398	1,78
Julgados improcedentes	132	0,60
Extintos com resolução de mérito	7	0,03
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	684	3,05
Extintos sem resolução de mérito	53	0,24
Arquivamento	86	0,38



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Desistência	55	0,25
Outras decisões sem exame de mérito	2	0,009
Total sem exame de mérito	196	0,87
Decisões de conhecimento	880	3,92
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	176	0,79
Decisões na fase de execução	72	0,32
Total	1.128	5

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS Em março de 2019, com 18 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	6	0,34
Conciliação em execução	16	0,89
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são sumários</small>	0	0
Inicial	53	2,94
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução	43	2,39
Instrução (rito sumaríssimo)	0	0
Una	42	2,34
Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	160	8,89



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

No mês de março de 2019, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e Gestão, foram proferidas 67 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40-43 e 46; 90040-90043 e 90046, 8 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 50 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas com o juiz auxiliar, de segunda a terça-feira (pauta dupla nas terças), com a juíza titular, de terça a quarta-feira (pautas duplas) - os Juizes alternam as semanas. As audiências iniciam a partir das 8 horas e ou 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que os magistrados alternam as semanas que comparecem na Vara do Trabalho, contrariando o artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a terça-feira e que mantém anexado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumre os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

Verificou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, ao exame da pauta da semana, que quando atua os dois juizes que dividem a pauta, recomendando que somem os esforços e não as dividam observando a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizado no período de 27-2 a 2-3-2012, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de que, havendo Juiz Auxiliar, deve ocorrer o acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando, e não dividindo as funções judicantes que lhe são inerentes, notadamente, na fase de execução.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 600 despachos por semana.

AUXÍLIO FINO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2017	2018
Processos recebidos	1.733	1.256
Média por dia útil	7,9	5,6
Processos remanescentes do ano anterior	476	354
Sentenças anuladas	14	16
Total de processos para solução	2.223	1.626
Processos solucionados	1.939	1.491
Processos conciliados	852	6121
Produção	87,22%	91,70%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 27,52% em relação ao número de processos recebidos no ano 2017. Quanto à produção, verificou-se que em 2018 houve um aumento de 4,48%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST) – instituído no âmbito do TRT da 3ª Região por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR N. 104, de 18 de dezembro de 2018, o Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST), que substitui o MGD, é um indicador que foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do CSJT com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o País, e busca auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível e se alinha às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT da 3ª Região. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2019 até 15-4-2019)

1) Indicador Taxa de Conciliação (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	143
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	382



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	382
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	366

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 32º e 90329	119
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	34

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2019 até 15-4-2019)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	326
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	375

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.354
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	134



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2019 até 15-4-2019)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	375
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	134
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	14

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	326
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.354
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	14



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- Teófilo Otoni - 01a Vara Perfil da Vara do Trabalho

Indicadores / Período de referência		Ano 2018 01/01/2018 a 31/12/2018
	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	9,04
	I02 - Pendentes	2.712
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	85,87
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	184,35
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.480,82
Indicadores	I07 - Taxa de conciliação (%)	40,98
	I08 - Taxa de solução (%)	117,22
	I13 - Taxa de execução (%)	64,98
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	19,89
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	71,71
	I11 - Produtividade por servidor (%)	135,51
	I12 - Pendentes por servidor (%)	149,57
	Acarvo	0,17
	Celeridade	0,39
Meso	Produtividade	0,62
	Congestionamento processual	0,46
	Força de trabalho	0,18
Macro	IGEST	0,4252
	Posição IGEST	68
	Movimentação processual	1504 a 2000

6. ARRECADAÇÃO

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$354.201,22	R\$73.326,22

7. PORTARIAS De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 1/2006, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 2 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58 de 13 de outubro de 2016 e suas posteriores alterações.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais foram entregues à Secretária da Vara nesta data. Também foram entregues as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 2) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 3) cumprido o artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- 4) cumprido o artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região,

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

III.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2018:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observando pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

III. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa.

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

Em 2018, quando a Meta era “julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 123,89% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 140,18%.

Os dados ano 2019 aguardam a publicação do glossário pelos Conselhos para apuração.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2018, quando a Meta era “identificar e julgar até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 111,58%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 103,57%.

Os dados ano 2019 aguardam a publicação do glossário pelos Conselhos para apuração.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação - Fase de Conhecimento (ICONE) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016-2017;



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Em 2018, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp)”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 87,62% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 84,01%.

Os dados ano 2019 aguardam a publicação do glossário pelos Conselhos para apuração.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2018, quando a Meta era “baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,92%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 115%, considerando os valores apurados no sistema de lançamentos de metas nacionais do CNJ e no SIGEST/CSJT.

Os dados ano 2019 aguardam a publicação do glossário pelos Conselhos para apuração.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2016 no 1º grau.

Em 2018, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2018 tendo cumprido a Meta, sendo que para ao atingimento da meta era necessário que o valor fosse maior ou igual a 100% sendo que o resultado deste Regional no 97,69%.

Os dados ano 2019 aguardam a publicação do glossário pelos Conselhos para apuração.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2018, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%)”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 85 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 217 dias. Observa-se que a meta em 2018 era de 147 dias. Assim, o percentual cumprimento da Meta foi de 58,42, tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 147,64%.

Os dados ano 2019 aguardam a publicação do glossário pelo Conselho para apuração.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL. - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSFT/STJ/GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-3-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARC/CJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNI.

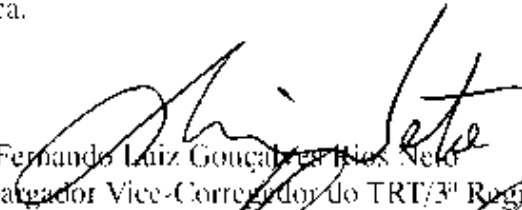
Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

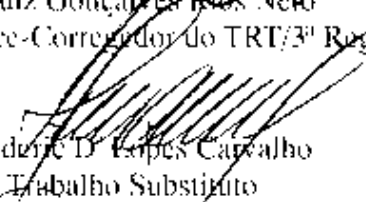
A Correição Ordinária é encerrada às 11h30min do dia vinte e três de abril de 2019, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, José Múcio Antônio Lambertucci, servidor da Secretaria da Corregedoria lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto e pela Secretária da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo

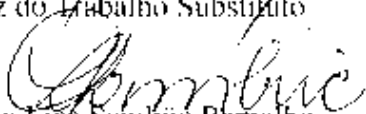


TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Desembargador Vice-Corregedor, além do servidor acima nominado, foi composta pelo servidor Flávio Mário Fonseca.


Fernando Luiz Gonçalves dos Reis Neto
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região


William Frederic D. Lopes Capelbo
Juiz do Trabalho Substituto


Carla Fátima Sambúe Ramalho
Secretária da Vara do Trabalho